

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011



Demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 30



KPMG Auditores Independentes

Rua Sete de Setembro, 1.950 13560-180 - São Carlos, SP - Brasil Caixa Postal 708 13560-970 - São Carlos, SP - Brasil

55 (16) 2106-6700 Central Tel. Fax 55 (16) 2106-6767 Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A. Nova Europa – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 15 de junho de 2012

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Cláudio José Biason Contador CRC 1SP144806/O-7

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	17	16	Fornecedores diversos		-	1
Contas a receber - partes relacionadas	6	-	29	Arrendamento mercantil	8	16	159
Impostos a recuperar		3	2	Impostos e contribuições a recolher	9	113	121
Outros créditos		36	66	Salários e férias a pagar		4	32
				Adiantamento de clientes - partes relacionadas	6	1.641	-
Total do ativo circulante		56	113	Empréstimos - mútuos	6	1.394	847
				Outras contas a pagar			17
				Total do passivo circulante		3.168	1.177
Depósitos judiciais		28	30				
Imobilizado	7	137.968	138.227				
				Arrendamento mercantil	8	-	16
Total do ativo não circulante		137.996	138.257	Impostos e contribuições a recolher	9	110	107
				Passivo fiscal diferido	14	44.266	44.327
				Provisão para contingências		<u> </u>	12
				Total do passivo não circulante		44.376	44.462
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		3.055	3.055
				Reserva de lucros		1.574	3.669
				Reserva de reavalição		81.720	81.720
				Ajustes de avaliação patrimonial	_	4.159	4.287
				Total do patrimônio líquido	_	90.508	92.731
Total Ativo		138.052	138.370	Total do passivo e patrimônio líquido		138.052	138.370

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita líquida	11	5.618	5.468
Custos dos produtos vendidos	12	(230)	(7)
Lucro bruto		5.388	5.461
Despesas administrativas e gerais	12	(755)	(1.007)
Outras receitas operacionais		310	511
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e			
impostos		4.943	4.965
Receitas financeiras	13	2	1
Despesas financeiras	13	(165)	(83)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(163)	(82)
Lucro líquido antes dos impostos		4.780	4.883
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(265)	(306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	61	55
Lucro líquido do exercício		4.576	4.632

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros					
	Capital	Reserva	Reserva de		Reserva de	Ajuste de avaliação	Lucros	
	social	legal	retenção de lucros	Total	reavaliação	patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2010	3.055	552	-	552	81.720	4.422	13	89.762
Atencipação de Dividendos							(1.663)	(1.663)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(135)	135	-
Lucro líquido do exercício							4.632	4.632
Destinações: Reserva legal Reserva de retenção de lucros		59	3.058	59 3.058			(59) (3.058)	- -
Saldos em 31 de março de 2011	3.055	611	3.058	3.669	81.720	4.287	-	92.731
Dividendos distribuídos			(3.058)	(3.058)			-	(3.058)
Antecipação de Dividendos							(3.741)	(3.741)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27						(128)	128	-
Lucro líquido do exercício							4.576	4.576
Destinações: Reserva de retenção de lucros			963	963			(963)	
Saldos em 31 de março de 2012	3.055	611	963	1.574	81.720	4.159	_	90.508

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2012	2011
Lucro líquido do exercício	4.576	4.632
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão e amortização:	252	236
Resultado na venda de ativos imobilizados	7	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61)	(55)
Juros de empréstimos-mútuos provisionados	48	9
Reversão de provisão para contingências	(12)	(123)
	4.810	4.699
Variações nos ativos e passivos		
Redução no contas a receber	29	(1.192)
(Aumento) no impostos a recuperar	(1)	(2)
(Aumento) redução de despesas antecipadas	30	(24)
Redução com depósitos judiciais	2	11
(Redução) em fornecedores	(1)	(2)
(Redução) dos impostos e contribuições a recolher	(5)	(91)
(Redução) aumento dos salários e férias a pagar	(29)	9
Aumento de adiantamento de clientes	1.641	_
(Redução) aumento com outras contas a pagar	(17)	8
Fluxos de caixa líquido provenientes das atividades operacionais	6.459	3.416
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado		(2.517)
Fluxos de caixa líquido usados nas atividades de investimentos	- _	(2.517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(6.799)	(1.663)
Empréstimos-mútuos tomados	1.359	1.093
Pagamento de empréstimos-mútuos	(860)	(255)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(158)	(78)
Fluxos de caixa líquido usados nas atividades de financiamentos	(6.458)	(903)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1	(4)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16	20
No fim do exercício	17	16
110 IIII do CACICICIO	1/	10
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1	(4)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n.o, Bairro rural, na cidade de Nova Europa – SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana de açúcar, exclusivamente para Companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo)..

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 15 de junho de 2012.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo imobilizado mensurado pelo custo atribuído em 1º de abril de 2009 e reconhecido no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.b.ii Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa nº 14 Passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 15 Instrumentos financeiros

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, arrendamento mercantil, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

iii) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

b) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Contas	Anos
Móveis e utensílios	8
Veículos e implementos rodoviários	5
Máquinas e implementos agrícolas	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Ativos arrendados (leasing)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 3.b.ii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d) Redução ao valor recuperável (Impairment)

O ativo imobilizado tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de março de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

h) Arrendamentos

i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- **b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos mercantis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j) Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado a alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada a alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

k) Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

4 Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo dos ativos não financeiros. O valor justo tem sido apurado para propósitos de mensuração baseado no método abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas do ativo.

- Caixa e equivalentes de caixa São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente
 das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de
 caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.
 Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;
- Os empréstimos e arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2012	2011
Caixa e Bancos	17	<u>16</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

6 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave:

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembléia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 35 (23 em 2011). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com Empresa relacionada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

	2012		20	11
Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Relacionada		5.783	_29	5.628
		<u>5.783</u>	<u>29</u>	<u>5.628</u>
Relacionada	1.394	(48)	847	(9)
		` '		
Relacionada	1.641	-	_	_
	3.035	(48)	847	(9)
	Relacionada Relacionada	Relacionada Relacionada 1.394 Relacionada 1.641	Relacionamento Saldos Receitas (despesas) Relacionada 5.783	Relacionamento Receitas (despesas) Saldos Relacionada

Mútuo financeiro – Usina Santa Fé

Os saldos com relacionadas referem-se a contrato de mútuo e é atualizado mensalmente pela taxa média de captação de financiamentos da Companhia, com prazo de vencimento indeterminado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Adiantamento para futuro fornecimento de cana de açúcar - Usina Santa Fé

Referem-se basicamente a adiantamentos provenientes da venda de cana-de-açúcar para a Companhia relacionada Usina Santa Fé S.A. O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

7 Imobilizado

a. Movimentação do custo

_	2010		2011			2012	
		Adições	Baixas	Total	Adições	Baixas	Total
Terras	134.797	2.460	-	137.257	-	-	137.257
Edifícios e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	26	-	-	26	-	-	26
Veículos e implementos rodoviários	2.273	57	(312)	2.018	-	(93)	1.925
Máquinas e implementos agrícolas	1.083	-	(15)	1.068	-	-	1.068
Outros	16			<u>16</u>	Ξ.		16
	138.195	<u>2.517</u>	(<u>327</u>)	140.385	≟	(<u>93</u>)	140.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Movimentação da depreciação

	2010		2011			2012	
		Adições	Baixas	Total	Adições	Baixas	Total
Móveis e Utensílios	(15)	(1)	-	(16)	(2)	-	(18)
Veículos e implementos rodoviários	(1.424)	(185)	312	(1.297)	(187)	86	(1.398)
Máquinas e implementos agrícolas	(809)	(50)	15	(844)	(59)	-	(903)
Outros	(<u>1</u>)			(<u>1</u>)	(<u>4</u>)		(5)
	(<u>2.249</u>)	(<u>236</u>)	<u>327</u>	(<u>2.158</u>)	(<u>252</u>)	<u>86</u>	(<u>2.324</u>)
Valor líquido contábil	135.946	2.281	_=	138.227	(<u>252</u>)	<u>(.7)</u>	137.968

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

8 Arrendamento mercantil

	2012	2011
Moeda nacional:		
Leasing - Juros médios pré-fixados a 1,20% a.m. e 3,20% a.a. mais variação do CDI	<u>16</u>	<u>175</u>
Passivo circulante	(<u>16</u>)	(<u>159</u>)
Passivo não circulante	<u>_</u>	<u>16</u>

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para 3 ativos classificados em veículos. Os contratos possuem prazo de duração de 2 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2012	2011
Veículos	<u>192</u>	<u>256</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 14 relativo a despesas financeiras e R\$ 71 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos		
	2012	2012	2012		
Até 1 ano	2	14	16		

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

9 Impostos e contribuições a recolher

	2012	2011
INSS - parcelamento	129	193
Outros	_94	<u>35</u>
Total	<u>223</u>	<u>228</u>
Passivo circulante	(<u>113</u>)	(<u>121</u>)
Passivo não circulante	<u>110</u>	<u>107</u>

Programa especial de parcelamento de débitos – PAES (INSS)

Em julho de 2003, a Companhia aderiu ao Programa especial de parcelamento de débitos – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, incluindo débitos fiscais junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

Independentemente do reconhecimento contábil das obrigações com o PAES, o montante dos débitos incluídos no PAES vem sendo amortizado em parcelas mensais no prazo máximo de 120 meses, apuradas pelo Comitê Gestor do PAES, e atualizados pela variação da TJLP com vencimento final em junho de 2013.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Reservas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.

• Reserva de reavaliação

Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento a prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada, na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de sócios, a respeito da distribuição dos lucros que poderá ser desproporcional aos percentuais de participação societária. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

11 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2012	2011
Receita bruta fiscal	5.783	5.628
Menos: Impostos sobre vendas	(<u>165</u>)	(<u>160</u>)
Total de receita contábil	<u>5.618</u>	<u>5.468</u>

12 Despesas operacionais por natureza

Despesas operacionais por natureza:	2012	2011
Depreciação e amortização	252	236
Despesa com pessoal	154	127
Manutenção	4	-
Impostos e taxas	285	356
Aluguéis	-	54
Outras despesas	<u>290</u>	241
	<u>985</u>	<u>1.014</u>
Custo dos produtos vendidos	230	7
Despesas administrativas e gerais	<u>755</u>	1.007
-	985	1.014

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Financeiras líquidas

	2012	2011
Receitas financeiras		
Juros atualização créditos tributários e contingências	1	1
Juros demais operações e descontos financeiros	<u>1</u>	_
	$\frac{1}{2}$	<u>1</u>
	2012	2011
Despesas financeiras	2012	2011
Juros apropriados sobre financiamentos	_	(32)
Juros conta corrente mercantil	(28)	-
Juros tributários – parcelamento e contingências	(5)	(11)
Juros demais operações	(<u>132</u>)	(<u>40</u>)
. ,	(<u>165</u>)	(<u>83</u>)
Financeiras líquidas	(<u>163</u>)	(<u>82</u>)

14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

_	2012		2011			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana de açúcar	5.783	5.783		5.628	5.628	
	5.783	5.783		5.628	5.628	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	463	694		450	675	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(91)	(62)	(153)	(90)	(60)	(150)
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	328	328		456	456	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(82)	(30)	(<u>112</u>)	(115)	(41)	(<u>156</u>)
Imposto de renda e contribuição social corrente			(<u>265</u>)			(<u>306</u>)

Em 31 de março de 2012, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores base:

	2011			2012		
_	Saldo inicial	Reconhecidos no resultado	Saldo	Reconhecidos no resultado	Saldo	
Passivo não circulante						
Imobilizado – Reavaliação	42.098	-	42.098	-	42.098	
Imobilizado – Custo atribuído	2.278	69	2.209	67	2.142	
Imobilizado – Depreciação Econômica	6	(<u>14</u>)	20	(<u>6</u>)	<u>26</u>	
	44.382	<u>55</u>	44.327	<u>61</u>	44.266	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

15 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de algumas variáveis, como preço dos produtos, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as Companhias usualmente utilizam. Esses riscos geralmente são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua na gestão operacional e econômico-financeira da Companhia.

A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras ser objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições normais de mercado, ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva, a administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são o Risco de liquidez, Risco de mercado, Risco operacional ou Risco de capital.

Os saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31de março de 2012 e 2011, de acordo com a administração da Companhia, não estão sujeitos a riscos financeiros, de oscilações de preços de mercado ou qualquer um dos riscos acima expostos.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na nota explicativa nº 4.

 Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas e decorrentes de fontes de financiamento específicas.

A administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas as taxas de mercado. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo como nível 1 (preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos) para os exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011.

16 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *